

RELATÓRIO

Audiência Pública: “Condições de Trabalho dos Cordeiros e Ambulantes no Carnaval de Salvador”

Local: Auditório do Centro de Cultura da Câmara Municipal de Salvador

Data: 15/03/2023

Horário: 10h20 às 13h

Componentes da Mesa

- **Augusto Vasconcelos** – Vereador, Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador
- **Paulo Alves** - Subsecretário da Secretaria Municipal de Ordem Pública – SEMOP
- **Ângela Guimarães** – Secretária de Promoção da Igualdade Racial e dos Povos e Comunidades Tradicionais da Bahia – SEPROMI/Ba
- **Olívia Santana** – Deputada Estadual da Bahia
- **Gleide Gois** - Superintendente Regional do Trabalho na Bahia - SRTE/Ba
- **Dra. Ludmila Aguiar de Oliveira** – Representante da Ordem dos Advogados da Bahia - OAB Bahia
- **Dra. Andrea de Sá Roriz Tannus Freitas** - Procuradora do Trabalho - MPT/BA
- **Wenceslau Júnior** - Superintendente da Economia Solidária e Cooperativismo da SETRE
- **Washington Paganelli** - Presidente da Associação de Blocos de Trio
- **Vereador Silvio Humberto** - Presidente da Comissão de Cultura da Câmara Municipal de Salvador.
- **Péricles San'tana Neto** - Representante da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo - SECULT
- **Mateus Santos** - Presidente da Associação dos Trabalhadores Cordeiros da Bahia - ASSINDCORDA
- **Rosimário da Silva Lopes** - Presidente da Associação Integrada de Vendedores Ambulantes e Feirantes de Salvador – ASSIDIVAM

Abertura

Augusto Vasconcelos

Ressaltou que o tema da audiência ganhou visibilidade significativa com a denominada “revolta dos cordeiros”, uma mobilização legítima desses trabalhadores reivindicando melhores condições de trabalho e a garantia do pagamento de diária digno, além de outras reivindicações. Citou os problemas envolvendo o cadastramento dos ambulantes, as reclamações da queda das vendas e a dificuldade, por uma série de fatores, de obtenção de lucro com o resultado final das vendas. Pontuou que tais temas importantes envolvem a gestão do carnaval como um todo, lembrando que a referida festa é um dos principais ativos de Salvador, apresentando a cidade publicamente nacional e internacionalmente como a capital que realiza a maior festa popular de rua do planeta, sendo necessário dar o exemplo em diversas dimensões, como nas questões ambiental e especialmente trabalhista. Pontuou que Salvador é uma cidade extremamente desigual, com muitas dificuldades relacionadas a emprego e desenvolvimento econômico, na qual mais da metade da classe trabalhadora vive no mercado informal, sendo o momento do carnaval importantíssimo para a renda dessas famílias, inclusive nos demais meses. Ressaltou que não se pode fazer deste um momento de super exploração, com a diminuição de diárias e das condições de trabalho ou dificultando a possibilidade de venda para os ambulantes. Lembrou da importância de tratar toda essa questão com um olhar humanizado, para que as cenas vistas em 2023 não se repitam no carnaval de 2024.

Considerações da Mesa

Mateus Santos

Ressaltou que os cordeiros são uma categoria de vulnerabilidade social. Pontuou que pelo fato de não ter havido carnaval nos últimos dois anos, o debate sobre as condições de trabalho dos cordeiros ficou a desejar. Abordou a questão da qualificação dos cordeiros, pontuando que para se contratar um trabalhador, este precisa antes ser

qualificado. Alegou que a maioria dos blocos contrata os cordeiros às vésperas do carnaval, sem promover qualquer capacitação, resultando na contratação de trabalhadores desmotivados que arreiam as cordas e não vão até o final do percurso. Pontuou que se trata de um contexto social que precisa ser debatido na Prefeitura, criticando a falta de participação da mesma nesse processo, uma vez que a Prefeitura é a gestora do carnaval e fatura milhões com o evento. Afirmou que durante a pandemia, o sindicato conseguiu a doação de três mil cestas básicas para os cordeiros, com o apoio do Governo do Estado. Ressaltou que o Sindicato trabalha o ano inteiro auxiliando os trabalhadores a obter o cad único, ofertando palestras, cestas básicas e realizando encaminhamentos de saúde, como cirurgias e consultas médicas. Afirmou que é preciso acabar com os atravessadores, pois muitas vezes não chega na mão dos cordeiros o valor estabelecido no TAC. Falou da necessidade da criação de um ponto de apoio, uma Casa do Trabalhador Cordeiro, para atender necessidades básicas de higiene e alimentação dos trabalhadores. Abordou a questão da contratação dos trabalhadores, defendendo que esta deve ser feita por meio do Sindicato, pois assim o contratado será qualificado, entregará toda a documentação necessária, antecedentes criminais e terá sua própria carteirinha. Afirmou que houve avanços em relação ao seguro em casos de sinistro. Finalizou dizendo que a diária ainda é muito baixa e que, embora a maior parte dos blocos esteja sensível à causa dos trabalhadores cordeiros, ainda existem alguns que insistem em não cumprir com o TAC. Pediu atenção à situação dos cordeiros, principalmente no que concerne ao pagamento de valores de diária apropriados e à garantia de condições de trabalho dignas a esses trabalhadores.

Rosimário da Silva Lopes

Afirmou que os cordeiros e os ambulantes são as duas categorias mais esquecidas pelo poder público, ao mesmo tempo em que são as verdadeiras protagonistas do carnaval. Falou que os trabalhadores são tratados com desrespeito, descaso e sob condição sub-humanas. Afirmou que muitos ambulantes fazem empréstimos e se mudam para as ruas durante o carnaval com a ilusão de que vão ganhar algum dinheiro, e terminam o evento ainda mais endividados. Abordou a falta de estrutura oferecida aos ambulantes, sem direito a um banheiro digno e precisando dormir na rua. Afirmou que a Semop precisa ter uma secretaria social acoplada que, de fato, entenda a necessidade dos trabalhadores. Lembrou que mais de 50% da economia da cidade vem do comércio de rua, que está

abarroado de ambulantes. Pontuou o aumento da violência associado à falta de oportunidades e de qualificação.

Paulo Alves

Afirmou que a Semop sabe das dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e que houve a preocupação de já começar a organizar diversas ações para o carnaval de 2024 ainda dentro do carnaval de 2023, dentre elas melhores condições de trabalho para os ambulantes e cordeiros. Afirmou que atualmente a Semop atende todo o seu público de forma digna, direta e objetiva na sede do órgão. Falou que só será possível avançar nas questões levantadas com a união de todos os órgãos relacionados nas esferas federal, estadual e municipal. Afirmou que já há um projeto pronto para o carnaval de 2024 que prevê condições salubres e cada vez mais dignas aos trabalhadores do carnaval. Disse que, nos próximos dias, a Semop estaria convocando para uma audiência pública com o Ministério Público e a Defensoria Pública todos os órgãos e entidades relacionados ao tema com o objetivo de apresentar o projeto e ouvir todos os envolvidos, agregando sugestões e melhorias ao mesmo. Falou das unidades de acolhimento da Prefeitura destinadas aos filhos dos trabalhadores durante o período de carnaval, considerando-as um avanço e grande ganho para os trabalhadores, que puderam deixar seus filhos em local seguro, com direito a refeições, interações e sendo bem cuidados.

Washington Paganelli

Convidou o Sindicato dos Cordeiros a fazer parte do Comcar. Afirmou ser este o único conselho municipal normativo e deliberativo, composto por 34 representantes de todos os órgãos que trabalham no carnaval, menos os cordeiros. Pediu ao vereador Augusto Vasconcelos que apadrinhasse o projeto de lei para inclusão do Sindicato dos Cordeiros no Comcar, a fim de que os mesmos passem a ter voz no Conselho. Sobre as questões contidas no TAC referentes às condições de trabalho dos cordeiros, afirmou que antes eram ofertadas quentinhas, mas que elas foram proibidas pela falta de qualidade no armazenamento, passando então a ser oferecido o lanche. Além disso, todos os blocos passaram a ser obrigados a fornecer um par de luvas por dia, protetor auricular e protetor

solar. Afirmou que uma das metas do Comcar é incorporar o trabalhador cordeiro no centro de convivência já utilizado pelos ambulantes e catadores de latinha.

Dra. Andrea de Sá Roriz Tannus Freitas

Falou da importância de unir esforços de vários órgãos e entidades para obter êxito na resolução dos problemas apresentados. Explicou a natureza do TAC citado anteriormente, que possui prazo indeterminado e prevê obrigações aos blocos de carnaval, dentre elas o fornecimento de equipamentos de proteção individual, lanche e água, e a proibição de contratação de grávida e de menores de idade, destacando a previsão de multa pelo descumprimento das obrigações previstas. Afirmou que o órgão responsável pelo cumprimento do TAC durante o carnaval é o Centro de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerest), que já encaminhou um relatório ao Ministério Público do Trabalho referente ao carnaval de 2023, resultando na adoção, já em andamento, de providências com relação aos blocos que não cumpriram as obrigações. Ressaltou que o Ministério Público do Trabalho verificou que o TAC só traz obrigações mínimas e que é preciso avançar muito mais em relação à situação dos cordeiros. Afirmou que após reunião coletiva ocorrida no dia 03 de março de 2023 no Ministério Público do Trabalho, alguns pontos foram observados como fundamentais para objetivar a atuação do MPT: garantia de um assento do Sindicato dos Cordeiros no Conselho Municipal do Carnaval; necessidade de cadastramento prévio para evitar a espera do trabalhador para o cadastramento no dia do bloco; atraso nas filas dos blocos, acarretando o aumento da jornada de trabalho dos cordeiros (propôs a verificação, junto à Saltur, de multas aos blocos que atrasam a saída); espaço de convivência, afirmando que já houve esse avanço para os ambulantes e catadores e que há a pretensão de estender esses espaços também aos cordeiros; prejuízos causados pelos atravessadores; e o dimensionamento e a quantidade de cordeiros. Abordou os problemas relacionados aos ambulantes, com condições de trabalho que já eram e permaneceram sendo precárias, além de problemas no cadastramento e situações de trabalho infantil envolvendo essa categoria. Falou da necessidade de a Prefeitura envolver a patrocinadora oficial do carnaval nessas questões, colocando cláusulas prevendo obrigações para os patrocinadores nos editais de licitação, não podendo mais permitir que a conta recaia somente em face dos trabalhadores ou da Prefeitura. Abordou a questão do lixo, afirmando que se não fossem os catadores a cidade ficaria imunda com as latinhas espalhadas no chão. Lembrou que só pode ser

vendida a cerveja oficial do carnaval sendo, portanto, responsabilidade da patrocinadora garantir as condições de trabalho dos catadores.

Olívia Santana

Pontuou ser um absurdo que dois anos tenham se passado de pandemia sem a realização do carnaval e que não se tenha pensado na nova estratégia de retomada do evento, de maneira mais organizada, avançada e acolhedora, principalmente para os segmentos mais pobres que trabalham e vivenciam uma outra realidade da festa. Ressaltou que o carnaval é a expressão da alegria, mas também das desigualdades sociais que acontecem ao longo do ano. Afirmou que o capitalismo é cheio de contradições, uma vez que prega o livre mercado e a livre concorrência, mas no carnaval, segundo nova estratégia da Prefeitura, há a garantia de uma única cervejaria como proprietária da festa. Afirmou que a patrocinadora patrocina vários blocos, mas não patrocina condições dignas de vida para as pessoas que trabalham como ambulantes e cordeiros. Pontuou se tratar de deboche a informação passada pela Prefeitura de que os ambulantes devem usar, preferencialmente, a internet para realizar o cadastramento, uma vez que, muitas vezes, esses trabalhadores não possuem sequer um celular ou não têm dinheiro para adquirir um pacote de dados, lembrando ainda da questão do nível de escolaridade e do analfabetismo digital dessas pessoas. Afirmou que no carnaval tem que ter política pública para tudo, principalmente para quem mais precisa. Relembrou as cenas de pessoas pretas, pobres e de baixa instrução, incluindo mulheres idosas e grávidas nas filas do cadastramento, implorando para trabalhar e ter o que comer, ressaltando que não se pode naturalizar o que não é natural. Ponderou que a cervejaria que patrocina o carnaval tem que patrocinar um espaço digno para os ambulantes e cordeiros. Defendeu o carnaval sem cordas e a democratização do evento, sugerindo que a mão de obra seja absorvida para trabalhar em outras coisas. Afirmou que o carnaval não pode ser o ambiente da humilhação, do sofrimento, do escárnio, da naturalização da LGBTQIA+fobia e do racismo estrutural. Sugeriu a utilização do estádio da Fonte Nova como posto presencial e preferencial de cadastramento dos ambulantes. Finalizou comentando sobre denúncias relacionadas à compra de licenças digitais e posterior revenda, em valor maior, para os ambulantes nas filas.

Augusto Vasconcelos

Citou denúncias relacionadas ao processo de cadastramento dos ambulantes, dentre elas a informação de que seria necessária indicação política para conseguir trabalhar no carnaval. Afirmou que as denúncias estavam em curso de investigação.

Wenceslau Júnior

Utilizou o exemplo das políticas públicas desenvolvidas para os catadores como referencial para outras categorias, explicando que estas foram resultado de uma construção coletiva envolvendo o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público do Estado, a Prefeitura, a Ambev, o Governo do Estado e representantes de todas as cooperativas que atuam no carnaval que, após muitas discussões, culminou em um formato considerado interessante. Afirmou que não acredita que se tenha vendido menos no carnaval deste ano, mas que talvez o número de ambulantes tenha sido muito grande para garantir o lucro destes trabalhadores. Acrescentou que, no ano de 2020, cerca de 90 toneladas de material reciclável foi retirado das ruas de Salvador e que em 2023 esse número passou para 143 toneladas, evidenciando que houve aumento do consumo. Ponderou a necessidade de estabelecer critérios para a destinação das vagas para os ambulantes com o apoio da assistência social para identificar quem mais precisa delas. Afirmou que desde 2007 o Governo do Estado vem trabalhando nas melhorias das condições de trabalho dos catadores. Explicou que são feitos contratos diretamente com as cooperativas e que a Ambev, por intermédio da Prefeitura, construiu centrais de apoio e ofereceu EPI's aos trabalhadores. Além disso, afirmou que a SETRE complementou o custo para viabilizar o aluguel de veículos, instrumentos de prensa, balança, bolsa e outros tipos de apoio e gestão necessários. Afirmou que a ideia é construir um edital com o estabelecimento de preço mínimo de aquisição para o catador poder, de fato, ser o maior beneficiado dessa política pública. Ressaltou que o projeto já beneficiou 1840 catadores atuando nas 11 centrais, sendo 15 cooperativas envolvidas. Explicou que a SETRE, além de dar suporte e fiscalização para assegurar o trabalho decente e coibir a exploração do trabalho infantil, tem o recorte da economia solidária. Falou da importância de se discutir toda a cadeia de produção do carnaval a fim de encaixar a economia solidária. Citou como exemplo a cadeia de produção do carnaval do Rio de Janeiro, que gera emprego e renda o ano inteiro, enquanto em Salvador muitas coisas são adquiridas

de outros estados e regiões. Assegurou que o cordeiro e o ambulante podem ser inseridos nesse arranjo e trabalhar o ano todo na cadeia produtiva. Falou da importância de se ter um olhar mais profundo do que significa essa indústria do carnaval e grandes festas populares. Afirmou que é preciso avançar não só no reconhecimento dos direitos, mas também na promoção de políticas públicas que viabilizem a participação do povo de Salvador e da Bahia na construção do arranjo produtivo e do trabalho decente. Finalizou ressaltando que carnaval não combina com exploração e trabalho desumano.

Sílvio Humberto

Afirmou que o carnaval reflete o círculo vicioso da pobreza no qual estamos inseridos secularmente. Sugeriu que a Prefeitura reserve uma parte dos recursos provenientes do contrato celebrado com a patrocinadora para investir na garantia de dignidade aos cordeiros, catadores e ambulantes. Falou da importância da mobilização como mola propulsora para obrigar o poder público a se mover. Defendeu uma discussão com mais planejamento e profundidade sobre a economia e o entretenimento promovidos pelo carnaval visando democratizar e distribuir melhor a renda arrecadada. Finalizou dizendo que as coisas mudam quando o princípio da dignidade humana é colocado à frente de tudo.

Gleide Gois

Afirmou que a SRTE se preocupa muito com as noites mal dormidas dos ambulantes e cordeiros que ficam nas ruas esperando o dia seguinte. Defendeu que a mobilização não deve ser somente dos cordeiros e ambulantes, mas de todos os órgãos públicos em conjunto. Falou da importância de fiscalizar o TAC.

Péricles San'tana Neto

Afirmou que a Secretaria de Cultura é um órgão sensível à importância do trabalho dos cordeiros. Considerou que Salvador tem a obrigação de reverberar em todo o

Brasil e no mundo a importância do trabalho e das condições sociais dos cordeiros e ambulantes.

Dra. Ludmila Aguiar de Oliveira

Destacou a OAB como órgão de fiscalização da garantia dos direitos dos trabalhadores. Afirmou presidir a Comissão de Responsabilidade Social, que possui atuação principal frente às empresas, que devem manter a dignidade do trabalhador. Falou da necessidade de legislar e regulamentar os pontos abordados que estão em desacordo com a garantia dos direitos básicos de dignidade no trabalho dos cordeiros, ambulantes e catadores, até para permitir a fiscalização. Sugeriu a inclusão dos trabalhadores dos camarotes na discussão, categoria que também alega ser alvo de exploração no exercício de sua função. Defendeu a categorização relacionada ao valor pago aos cordeiros de acordo com a quantidade de associados, clientes e tamanho dos blocos. Pontuou que o método de pagamento da remuneração do cordeiro a partir da apresentação da camisa e da pulseira é muito ineficiente, pois podem acontecer perdas ou imprevistos com esses itens.

Ângela Guimarães

Afirmou ser necessário adotar os princípios do trabalho decente, lembrando que o Estado da Bahia foi o primeiro ente subnacional a aderir aos princípios e a implementar uma agenda do trabalho decente conforme preconizado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). Falou da importância de se buscar os princípios da justiça econômica, considerando abusivo que um grupo tenha lucrado 98 milhões, enquanto à outra parcela tenha sido negado até os direitos assegurados no TAC, uma vez que o valor pago aos cordeiros não só foi rebaixado, como também subtraído injustamente. Falou do tratamento desumano dispensado à categoria dos cordeiros, com marcação de roupas, coação, negação de água e de lanche, citando também o pagamento de taxa abusiva por parte dos ambulantes para o cadastramento. Enfatizou a necessidade de se pensar modelos de carnaval como um todo. Defendeu a regulamentação do trabalho dos cordeiros e ambulantes, para que o mesmo seja assegurado, protegido e parametrizado a fim de melhorar as condições do exercício da função e sua remuneração. Sugeriu a utilização dos diversos equipamentos públicos municipais e estaduais espalhados ao longo de todos os percursos de carnaval como espaços destinados a atender às

necessidades de higiene, descanso, armazenamento de materiais e acolhimento dos filhos dos trabalhadores. Afirmou que a Sepromi desenvolveu uma campanha de combate ao racismo na cena do carnaval e que o público que mais pediu informações e orientações sobre o que era ou não racismo foram os cordeiros, isso porque, no exercício de seu ofício já precarizado e desrespeitado, ainda se soma o elemento da discriminação racial, xingamentos, descaracterização e desumanização. Propôs que a Câmara convoque uma audiência pública com todos os entes envolvidos no carnaval para que se pactuem os termos de uma agenda do trabalho decente para o carnaval 2024.

Comentários da Plenária

Reginaldo Alves – Vice-presidente da Central dos Trabalhadores do Brasil - CTB Bahia

Questionou qual seria o papel das cervejarias e dos grandes blocos nesse processo de ataque à dignidade dos trabalhadores. Afirmou que a central sindical da CTB pontua criticamente a necessidade da revogação da reforma trabalhista, pois esta coloca nas costas do trabalhador um peso muito grande. Abordou também a questão dos trabalhadores que não estão inseridos na perspectiva do trabalho formal, passando por um processo de precarização do trabalho, seja na indústria ou na cidade. Defendeu que toda forma de opressão precisa ser combatida.

Matias Santos – Presidente do Sindcorda

Afirmou que após a pandemia os cordeiros ficaram engessados no que diz respeito aos seus direitos trabalhistas, sua dignidade humana, alimentação e proteção. Disse que o poder público municipal deu as costas para a área social dos trabalhadores cordeiros e ambulantes. Questionou qual a contrapartida social dos patrocinadores do carnaval. Afirmou que o Sindcorda defende a qualificação profissional antes do carnaval para os cordeiros, assim como o fardamento único e digno. Sugeriu que o modelo de contratação do carnaval seja repensado.

Jailton Andrade – SindPetro

Afirmou ser inadmissível que grandes blocos, além de pagarem apenas o piso estabelecido no TAC aos cordeiros, estivessem exigindo, obrigatoriamente, a apresentação de documento pessoal, camisa e pulseira para cumprir o pagamento dos trabalhadores. Afirmou que o Conselho Municipal do Carnaval não pode conter empresários dentre seus membros, pois isso configura claro conflito de interesses. Registrou proposição solicitando a modificação da lei municipal que estabelece a composição do COMCAR para que exclua ente empresarial que tenha interesse direto no carnaval de Salvador. Defendeu que haja gradação no pagamento aos cordeiros de acordo com o período em que o trabalhador foi obrigado a ficar à disposição do bloco, independente do motivo.

Gerônimo Júnior - CTB

Afirmou que se o modelo adotado e aceito pela Prefeitura é baseado no monopólio das marcas comercializadas, que haja contrapartidas sociais desse monopólio destinadas aos trabalhadores socialmente vulneráveis que estão atuando no período do carnaval. Discordou de pronunciamento anterior sobre impedir a presença do empresariado no Conselho Municipal do Carnaval, defendendo que o regimento do Conselho determine a quantas cadeiras cada membro terá direito.

Giovana – Presidente da Comissão de Segurança e Saúde do Trabalho

Afirmou que a palavra dignidade permeou todos os discursos da audiência e que é justamente esse o princípio que deve nortear as ações destinadas a todos os trabalhadores. Defendeu a proteção da saúde e a segurança do trabalhador, levando-se em consideração a importância do trabalho e sua centralidade na vida do ser humano.

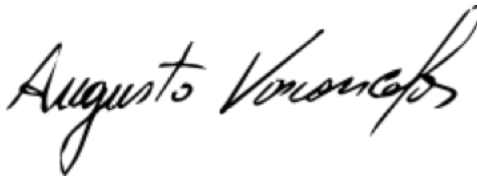
Augusto Vasconcelos

Afirmou que através de seu mandato dará entrada em um projeto de lei para alterar a composição do Conselho Municipal do Carnaval, solicitando a inclusão da representação dos cordeiros, ambulantes e catadores. Lembrou que o subsecretário da Semop se comprometeu em fazer uma reunião para tratar dos desdobramentos do cadastramento dos ambulantes para o próximo carnaval.

Encaminhamentos:

1. Elaboração de relatório com todas as questões colocadas na audiência;
2. Envio do relatório para:
 - Todas os membros da Mesa
 - Gabinete do Prefeito

Salvador, 27 de março de 2023.

A handwritten signature in black ink, reading "Augusto Vasconcelos". The signature is fluid and cursive, with the first name "Augusto" being more prominent than the last name "Vasconcelos".

Augusto Vasconcelos
Vereador
Ouvidor-geral da Câmara Municipal de Salvador

Thamires Almeida
Coordenadora Técnica da Ouvidoria
Matrícula 6065